

Victor Hugo

O CORCUNDA DE
NOTRE DAME

Tradução:
JORGE BASTOS



Copyright da tradução © 2015, Jorge Bastos

Copyright desta edição © 2015:

rua Marquês de S. Vicente 99 – 1ª | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ

tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo

ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Preparação: Geísa Pimentel Duque Estrada

Revisão: Vania Santiago, Mariana Oliveira

Projeto gráfico: Carolina Falcão

Capa: Rafael Nobre/Babilonia Cultura Editorial

CIP-Brasil. Catalogação na publicação

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Hugo, Victor

H889c O corcunda de Notre Dame/Victor Hugo; tradução Jorge Bastos.

– 1.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

il. (Clássicos Zahar em edição bolso de luxo)

Tradução de: Notre-Dame de Paris

ISBN 978-85-378-1358-4

1. Ficção francesa. I. Bastos, Jorge. II. Título. III. Série.

CDD: 843

14-16254

CDU: 821.133.1-3

LIVRO UM

I. O GRANDE SALÃO

FAZ HOJE TREZENTOS e quarenta e oito anos, seis meses e dezenove dias que os parisienses foram acordados ao som de todos os sinos, a plenas badaladas, na área que compreendia a Cité, a Universidade e a Cidade.

Aquele 6 de janeiro de 1482 não foi, porém, um dia do qual os historiadores tenham guardado qualquer recordação. Nada havia de notável no acontecimento que daquele jeito e já pela manhã agitava os sinos e os burgueses de Paris. Não se tratava de nenhum assalto armado de homens da Picardia ou da Borgonha, nem de qualquer relicário levado em procissão ou de alguma revolta estudantil no vinhedo de Laas. Menos ainda de um passeio do *nosso assim dito muito temido senhor, nosso rei*, ou sequer do enforcamento de algum malfeitor ou malfeitora pela Justiça de Paris. Nada a ver também com a chegada, tão frequente no século XV, de alguma embaixada extravagante e empenachada. Fazia apenas dois dias que o último desfile desse tipo, dos emissários flamengos encarregados de concluir os acertos para o casamento do delfim com Margarida de Flandres, tinha entrado em Paris, para infelicidade do sr. cardeal de Bourbon. Este, para não desagradar ao rei, precisou recepcionar todo aquele rústico tumulto de burgomestres flamengos e ainda homenageá-los, em seu palácio de Bourbon, com uma *mui bela moralidade, sotie e farsa*, enquanto uma chuva constante inundava à sua porta suas magníficas tapeçarias.

Naquele 6 de janeiro, o que agitava toda a população de Paris, como disse Jean de Troyes, era a dupla comemoração, coincidente desde tempos imemoriais, do dia de reis e da festa dos bufos.

Nesse dia, haveria fogueira comemorativa na Grève, plantação de maio na capela de Braque e mistério no Palácio da Justiça. O aviso havia circulado na véspera, ao som de trombeta, nos cruzamentos das ruas, por meio de enviados do sr. preboste, com belos trajes roxos de *camelot*, enfeitados por grandes cruces brancas no peito.

Desde cedo e vinda de todo lugar, a multidão de burgueses e burguesas, deixando fechados lares e comércios, se encaminhava então a um dos três locais designados, cada qual se decidindo pela fogueira comemorativa, pela árvore de maio ou pelo mistério. Louvando o velho bom senso da gente miúda de Paris, diga-se que a maior parte da multidão se dirigia à fogueira comemorativa, muito adequada ao inverno, ou ao mistério, que se representaria no grande salão bem protegido e fechado do palácio. Todos pareciam concordar que se deixasse a pobre árvore de maio pouco florida a bater os dentes sozinha, no cemitério da capela de Braque, sob o céu de janeiro.

O povo afluía sobretudo pelas avenidas do Palácio da Justiça, pois espalhara-se a notícia de que os embaixadores flamengos, chegados na antevéspera, assistiriam à representação do mistério e à eleição do papa dos bufos, que igualmente aconteceria no salão.

Não era coisa simples penetrar naquele dia no salão, conhecido, entretanto, como o maior recinto coberto do mundo (é verdade que Sauval não havia ainda medido o grande salão do castelo de Montargis). A praça do palácio, abarrotada de gente, oferecia aos curiosos às janelas o aspecto de um mar, no qual cinco ou seis ruas desembocavam como se fossem rios, vertendo constantes e renovados fluxos de cabeças. Vagas dessa multidão, incessantemente avolumadas, iam de encontro às casas, cujas esquinas se projetavam aqui e acolá como

promontórios, na bacia irregular da praça. No centro da alta fachada gótica* do palácio, a grande escadaria se apresentava continuamente percorrida por uma dupla corrente nos dois sentidos, mas se quebrando no patamar intermediário e se espalhando em ondas mais largas pelas duas vertentes laterais. O fluxo dessa grande escadaria desaguava ininterruptamente, então, na praça, como uma cascata num lago. Gritos, risos, desordem de mil pés criavam enorme tumulto e imenso clamor.

De vez em quando essa vozeria e confusão redobravam, a corrente que empurrava toda aquela gente na direção da grande escadaria mudava de rumo, alvoroçava-se, turbilhonava. Era em protesto à grosseria de algum arqueiro ou cavaleiro da guarda do preboste, tentando restabelecer a ordem, numa admirável tradição que o preboste legou ao condestável, o condestável ao marechalato e o marechalato à nossa gendarmaria de Paris.

Portas, janelas, lucarnas e telhados formigavam com milhares de bons, calmos e honestos burgueses olhando o palácio, olhando o populacho e já se sentindo satisfeitos, pois muita gente em Paris se contenta com o espetáculo dos espectadores ou considera coisa já bem curiosa uma parede atrás da qual se passa algum evento. Se fosse dado a nós, homens de 1830, nos projetarmos em pensamento até aqueles parisienses do século XV e entrarmos com eles aos empurrões, trancos e cotoveladas no imenso salão do palácio, tão estreito naquele 6 de janeiro de 1482, o espetáculo não deixaria de apresentar interesse e encanto, e teríamos à nossa volta coisas tão antigas que elas nos pareceriam novíssimas.

* A palavra “gótico”, no sentido que em geral se emprega, é perfeitamente imprópria, mas perfeitamente consagrada. Nós a aceitamos assim e a adotamos, como todo mundo, para caracterizar a arquitetura da segunda metade da Idade Média, que tem na ogiva o seu princípio e sucede à arquitetura do primeiro período, que tem no pleno cimbriado seu motivo gerador. (Nota do autor)

Se assim permitir o leitor, vamos tentar recuperar em pensamento a impressão que então experimentaríamos, atravessando a soleira daquele grande salão, no meio da multidão que vestia tabardo, túnica e vasquinha.

Para começar, murmurinho nos ouvidos, deslumbramento para os olhos. Acima de nossas cabeças, uma dupla abóbada em ogiva, revestida de lambris de madeira esculpida, pintada de azul, com flores de lis em douraduras. Sob nossos pés, um piso alternando mármore pretos e brancos. A poucos passos de nós, uma enorme coluna, depois outra e mais outra. Ao todo, sete colunas ao longo da sala, sustentando, a partir do meio da sua altura, as bases da dupla abóbada. Ao redor das quatro primeiras colunas, tendas de comerciantes, repletas de objetos reluzentes e brilhosos. Em torno das três outras, bancos de carvalho gastos e polidos pelos calções dos pleiteantes e pelas togas dos procuradores. Em volta da sala, em toda a extensão das grossas paredes, entre as portas, entre todas as quinas, entre as colunas, a interminável seqüência de estátuas de todos os reis da França, desde Faramundo. Os reis que pouco fizeram têm os braços descansados e o olhar baixo, enquanto os reis valorosos e batalhadores são representados de cabeça e mãos corajosamente erguidas para o céu. Em seguida, nas compridas janelas ogivais, vitrais de mil cores. Nas amplas saídas do salão, ricas portas finamente esculpidas. De cima a baixo, o conjunto – com abóbadas, colunas, grossas paredes, alizares, lambris, portas, estátuas – é recoberto por esplêndida iluminura azul e dourada que, já um pouco gasta nessa época em que a admiramos, havia quase totalmente desaparecido sob a poeira e as teias de aranha no ano da graça de 1549, quando Du Breul a contemplou, por respeito à tradição.

Imaginemos agora esse imenso salão oblongo, sob a frouxa claridade de um dia do mês de janeiro, invadido por uma multidão colorida e barulhenta que deambula junto às paredes e contorna as sete colunas, e começaremos a ter uma ideia geral ainda confusa de

toda a cena, da qual vamos tentar indicar mais precisamente alguns detalhes curiosos.

É certo que se Ravailac não tivesse assassinado Henrique IV, não haveria processo Ravailac no arquivo do Palácio da Justiça, não haveria cúmplices interessados em fazer desaparecer peças desse processo e, portanto, não haveria incendiários, à falta de melhor alternativa, obrigados a queimar o arquivo para queimar as peças, e a queimar o Palácio da Justiça para queimar o arquivo; ou seja, resumindo, não haveria o incêndio de 1618. O velho palácio estaria ainda de pé, com seu velho grande salão, e eu poderia simplesmente dizer ao leitor: vá visitá-lo. Com isso estaríamos ambos liberados, eu de fazer e ele de ler toda essa descrição. São fatos que só comprovam essa verdade nova: os grandes acontecimentos têm consequências incalculáveis.

É muito possível, porém, que Ravailac não tivesse cúmplices ou que seus cúmplices, caso os houvesse, nada tivessem a ver com o incêndio de 1618. Existem duas outras explicações muito plausíveis. A primeira, a grande estrela de fogo, com um pé de largura e um côvado de altura, que caiu do céu, como todos sabem, bem em cima do palácio, em 7 de março, depois da meia-noite. A segunda se ilustra com a quadra de Théophile:

*Certes, ce fut un triste jeu
Quand à Paris dame Justice,
Pour avoir mangé trop d'épice,
Se mit tout le palais en feu.**

O que quer que se pense dessa tripla explicação política, física ou poética para o incêndio de 1618 do Palácio da Justiça, o único fato

* Literalmente: “Verdade, foi um triste jogo/ Quando dama Justiça em Paris,/ Por ter comido temperos mis,/ Pôs todo o palácio em fogo.”

infelizmente certo é o incêndio. Hoje em dia resta muito pouco do antigo edifício, devido a essa catástrofe e, ainda mais, às diversas e sucessivas restaurações que terminaram com o que o incêndio havia poupado. Resta muito pouco daquela primeira moradia dos reis da França, daquele palácio anterior ao Louvre, já tão velho no tempo de Filipe o Belo que nele se procuravam traços dos magníficos edifícios levantados pelo rei Roberto e descritos por Helgaldus. Quase tudo desapareceu. O que houve com o quarto da chancelaria, onde são Luís *consumou seu matrimônio*? E com o jardim em que ele dispensava justiça, “vestindo uma cota de *camelot*, um tabardo de tiritana sem mangas e um manto de cendal escuro, estendido em tapetes, na companhia de Joinville”? Onde está o quarto do imperador Sigismundo? O de Carlos IV? O de João sem Terra? Onde está a escadaria em que Carlos VI promulgou seu édito de clemência? E a laje em que Marcel degolou, na presença do delfim, Robert de Clermont e o marechal de Champagne? O postigo através do qual foram rasgadas as bulas do antipapa Bento e de onde voltaram os que as haviam trazido, com capa e mitra de zombaria, obrigados a assim desfilar por toda Paris? E o grande salão com sua douradura, seu azul, suas ogivas, suas estátuas, colunas e imensa abóbada inteiramente esculpida? E o quarto dourado? E o leão de pedra que vigiava à porta, agachado, de cabeça baixa e o rabo entre as pernas, como os leões do trono de Salomão, em atitude de humildade, como deve a força se colocar diante da justiça? E as belas portas? Os belos vitrais? As fechaduras cinzeladas que tanto custaram a Biscornette? E a delicada marcenaria de Du Hancy?... O que fez o tempo, o que fizeram os homens de todas essas maravilhas? O que nos deram no lugar de tudo isso, de toda essa história gaulesa, de toda essa arte gótica? No tocante à arte, os pesados sarapanéis do sr. De Brosse, o bisonho arquiteto do portal Saint-Gervais, e, no referente à história, tagarelices na coluna central, vibrando ainda com o falatório dos símiles de Patru.

Não chega a ser muito. Voltemos ao verdadeiro grande salão do verdadeiro antigo palácio.

As duas extremidades daquele gigantesco paralelogramo eram ocupadas, uma pela famosa mesa de mármore, comprida, larga e espessa como nunca se viu *semelhante fatia no mundo*, segundo os velhos documentos de contas feudais, num estilo de abrir o apetite de Gargântua; outra pela capela em que Luís XI mandou que fizessem uma escultura sua, ajoelhado diante da Virgem, e para onde havia transportado, sem se preocupar com os dois nichos vazios que deixava na fileira das estátuas reais, as estátuas de Carlos Magno e são Luís, dois santos que ele achava terem muito crédito no céu, como reis da França. Essa capela, ainda recente, construída há apenas seis anos, era toda naquele gosto encantador de arquitetura delicada, de escultura maravilhosa, de fina e profunda cinzeladura em seus pormenores, que marca entre nós o final da era gótica e se perpetua até a metade do século XVI, nas féricas fantasias do Renascimento. A pequena rosácea recortada, aberta acima do portal, era uma particular obra-prima de leveza e graça, uma estrela de rendas, podia-se dizer.

No centro da sala, de frente para a porta principal, fora erguido um estrado coberto de brocado de ouro, encostado à parede, e nela um acesso particular, por meio de uma abertura no corredor do quarto dourado, que serviria para os enviados flamengos e outros personagens importantes convidados à representação do mistério.

Em cima da mesa de mármore é que, segundo a tradição, devia-se representar o mistério. Tinha sido preparada desde cedo. O rico tampo de mármore, todo riscado pelos saltos dos sapatos da gente do tribunal, suportava uma caixa de madeira de altura considerável, cuja superfície superior, visível para toda a sala, devia servir de teatro e o interior, oculto por cortinas, fazia as vezes de vestiário para os atores. Uma escada, ingenuamente apoiada do lado de fora, estabelecia a comunicação entre o palco e o vestiário, emprestando seus íngremes degraus para as entradas e saídas. Não havia persona-

gem, por mais imprevisito, nem peripécia ou *coup de théâtre* que não tivesse que passar por essa escada. Inocente e venerável infância da arte e dos maquinismos!

Quatro guardas do bailio do palácio, guardiões obrigatórios de todas as alegrias do povo em dias de festa ou de execução, mantinham-se de pé, nos quatro cantos da mesa de mármore.

Somente ao soar a décima segunda pancada do grande relógio do palácio a peça teria início. Era sem dúvida tarde para uma apresentação teatral, mas fora preciso levar em consideração a disponibilidade dos embaixadores.

No entanto, a multidão ali presente aguardava desde cedo. Muitos daqueles honestos curiosos tremiam de frio já ao amanhecer, diante do grande degrau do palácio. Alguns inclusive diziam ter passado a noite diante do portão, para estar entre os primeiros a entrar. A multidão crescia a cada instante e, como água que transborda, começava a escorrer junto às paredes, a se acumular em torno dos pilares, a se esparramar pelos entablamentos, pelas cornijas, pelos apoios das janelas, por todas as saliências da arquitetura e todos os relevos da escultura. Também pelo incômodo, impaciência, tédio e descontração de um dia de ousadias e loucuras, brigas explodiam a qualquer pretexto, por um cotovelo mais pontudo, um sapato com chapa de ferro, pelo cansaço da longa espera; tudo isso já emprestava, bem antes da hora em que os embaixadores deviam chegar, um tom áspero e amargo ao clamor daquela gente ali apertada, enclaustrada, pisoteada, abafada. Ouviam-se muitas queixas e imprecações contra os flamengos, assim como contra o preboste dos comerciantes, o cardeal de Bourbon, o bailio do palácio, dona Margarida da Áustria, os guardas com chibata, o frio, o calor, o mau tempo, o bispo de Paris, o papa dos bufos, as colunas, as estátuas, a porta fechada e a janela aberta. Tudo isso para a grande diversão de bandos de estudantes e serviçais dispersos na massa, misturando a todo aquele descontentamento mil zombarias e astúcias, alfinetando, por assim dizer, o mau humor geral.

Chamavam a atenção uns alegres endiabrados que, depois de forçar o vidro de uma janela, estavam tranquilamente sentados no entablamento e dali alternavam olhares e zombarias entre o interior e o exterior, entre a multidão da sala e a multidão da praça. Pelas imitações que faziam, pelos risos altos, pelos gritos debochados que trocavam com os colegas de um extremo a outro do salão, era fácil imaginar que aqueles jovens não sentiam o mesmo tédio e cansaço do resto dos espectadores e perfeitamente extraíam, do que tinham em volta, um espetáculo que os permitia esperar com paciência pelo outro.

– Por minha alma, é você, *Joannes Frollo de Molendino!* – gritou um deles a uma espécie de azougue de bonita e animada aparência, agarrado nos acantos de um capitel. – Tem mesmo um nome bem escolhido, Jehan du Moulin, pois seus braços e pernas mais parecem quatro pás batendo ao vento. Desde quando está aqui?

– Pela misericórdia do diabo – respondeu Joannes Frollo –, há mais de quatro horas, e espero que me sejam descontadas do tempo que eu for passar no purgatório. Cheguei a ouvir os oito cantres do rei da Sicília entoando o primeiro verseto da grande missa das sete horas na Sainte-Chapelle.

– Bons cantres – acrescentou o outro –, e com voz ainda mais afiada do que a ponta do boné que usam! Em vez de instituir uma missa para o venerável são João, o rei deveria ter se informado se ao venerável são João agrada o latim salmodiado com sotaque provençal.

– Foi para dar emprego a esses malditos cantres do rei da Sicília que se inventou isso! – gritou asperamente uma velha na multidão sob a janela. – Vejam só! Mil libras parisis por missa! E tiradas dos vendedores de peixes de água salgada do Halles de Paris, ainda por cima!

– Paz, velha! – emendou um gordo e careca personagem que tapava o nariz ao lado da vendedora de peixe. – Era preciso criar uma missa. Queria que nosso rei voltasse a ficar doente?

– Muito bem lembrado, dom Gilles Lecornu, mestre peleiro das roupas do rei! – gritou o estudante de cima do capitel.



– Por minha alma, é você, Joannes Frollo de Molendino!

Uma onda de riso de todos os colegas acompanhou o anúncio do nome infeliz do pobre peleiro das roupas do rei.

– Lecornu! Gilles Lecornu! – repetiam uns.

– *Cornutus et hirsutus* – acrescentou um outro.*

– Isso mesmo! É bem possível – continuou o demônio do capitel. – De que estão rindo? Honorável sr. Gilles Lecornu, irmão de mestre Jehan Lecornu, preboste da residência real, filho de mestre Mahiet Lecornu, principal porteiro do bosque de Vincennes, todos bons burgueses de Paris, todos casados, de geração em geração!

A alegria geral só fez aumentar. O gordo peleiro, sem nada dizer, tentava escapar dos olhares que vinham de todos os cantos, pregados nele, mas suave e se esbaforia em vão. Como uma cunha se enfiando na madeira, os esforços que fazia fixavam ainda mais, nas impressões de todos ao redor, seu rosto largo e apoplético, roxo de indignação e raiva.

Por fim, uma dessas pessoas, alguém como ele gordo, atarracado e venerável, quis ajudar.

– Abominação! Estudantes falando dessa maneira a um burguês! No meu tempo, seriam vergastados com varas que serviriam em seguida para queimá-los.

O bando inteiro se animou.

– Eieiei! Quem está cantando agora? Quem é essa coruja da desgraça?

– Ah! Eu sei – disse alguém. – É mestre Andry Musnier.

– É um dos quatro livreiros juramentados da Universidade! – disse outro.

– Tudo funciona por quatro nesse negócio – gritou um terceiro. – Quatro nações, quatro faculdades, quatro festas, quatro procuradores, quatro eleitores, quatro livreiros.

– Muito bem – disse Jehan Frollo –, vamos acrescentar o diabo ao quádruplo.

– Musnier, vamos queimar seus livros.

* “Cornudo e hirsuto”, em latim no original.

– Musnier, vamos espancar seu criado.
– Musnier, vamos cuidar da sua mulher.
– A boa e gorda sra. Oudarde.
– Que é viçosa e alegre como se viúva fosse.
– Que o diabo os carregue! – resmungou mestre Andry Musnier.
– Mestre Andry – voltou Jehan, ainda dependurado no capitel –, se não se calar, caio em cima da sua cabeça.

Mestre Andry ergueu os olhos, pareceu por um momento medir a altura da coluna, o peso gravitacional do engraçadinho, multiplicou mentalmente esse peso pelo quadrado da velocidade e preferiu se calar.

Jehan, sentindo-se dono do campo de batalha, continuou, em triunfo:

– Pois posso muito bem fazer isso, apesar de irmão de um arquidiácono!

– Belos senhores esses da nossa Universidade! Nem respeitam nossos privilégios num dia como o de hoje! Temos árvore de maio e fogueira festiva na Cidade, mistério, papa dos bufos e embaixadores flamengos na Cité; e nada na Universidade!

– E olha que a praça Maubert é bem grande! – retomou um dos estudantes, com lugar no peitoril da janela.

– Abaixo o reitor, os eleitores e os procuradores! – gritou Joannes.

– Vamos fazer uma fogueira essa noite no Champ-Gaillard – continuou um colega – com os livros do mestre Andry.

– E as escrivanhinhas dos copistas! – disse quem estava ao lado.

– E as vergastas dos bedéis!

– E as escarradeiras dos decanos!

– E as mesas em que comem os procuradores!

– E as despensas dos eleitores!

– E os escabelos do reitor!

– Abaixo! – insistiu Jehan em falsete. – Abaixo mestre Andry, os bedéis e os copistas. Abaixo os teólogos, os médicos e os fazedores de decretos, os procuradores, os eleitores e o reitor!

– É o fim do mundo! – murmurou mestre Andry, tapando os ouvidos.

– E, aliás, por falar no reitor! Vejam quem está passando ali na praça – gritou um dos que se sentavam à janela.

Quem pôde olhou para a praça.

– Será realmente nosso venerando reitor, mestre Thibaut? – perguntou Jehan Frolo du Moulin que, agarrado a um pilar do interior, não podia ver o que se passava fora.

– É ele sim – responderam os demais –, é ele, em pessoa, mestre Thibaut, o reitor.

De fato, era o reitor e todos os dignitários da Universidade que se dirigiam em procissão ao encontro da embaixada e, naquele momento, o grupo atravessava a praça do Palácio. Os estudantes, grudados à janela, os aclamaram com sarcasmos e aplausos irônicos. O reitor, à frente da comitiva, foi quem recebeu o primeiro ataque, que foi rude.

– Bom dia, sr. reitor! Eieiei! Bom dia!

– Por que esse velho jogador está aqui? Deixou a mesa de dados?

– E que trote tem a sua mula! Mas as orelhas são menos compridas do que as dele.

– Eieiei! Bom dia, sr. reitor Thibaut! *Tybalde aleator!** Velho imbecil! Velho jogador!

– Que Deus o proteja! Fez muitos duplos-seis essa noite?

– Ah! Caduca figura, arrasada, repuxada e batida pelo amor do jogo e dos dados!

– Aonde vai assim, Thibaut, *Tybalde ad dados*,** virando as costas à Universidade e correndo à Cidade?

– Provavelmente procurar uma casa na rua Thibautodé – gritou Jehan du Moulin.

* “Thibaut, jogador de dados!”, em latim no original.

** “Thibaut dos dados”, em latim no original.